

O FLAGRANTE DELITO: as obviedades que precisam ser ditas

Fabício Coelho Soalheiro¹

Rogério Paula Miranda²

RESUMO

Este trabalho analisa o flagrante, ou mais especificamente o processo de cognição da situação flagrancial como pressuposto para elaboração de uma resposta legítima do agente estatal, seja para efetuar a prisão ou somente a realização de busca pessoal. A prática forense demonstra que em muitas das vezes a situação flagrancial é apresentada nos autos de maneira subjetivada onde o agente do Estado aparentava ser portador de capacidades sobre-humanas indemonstráveis no plano probatório, o que acaba gerando anulações processuais e absolvições. Nesse viés, o presente ensaio pretende demonstrar que a situação de flagrante, antes de ser uma construção dogmática, é um dado empírico, capitado pelos sentidos humanos. Os sentidos, a exemplo da visão, audição e olfato, são instrumentos indispensáveis para a identificação da situação flagrancial numa perspectiva objetiva, considerando que o ser humano não é dotado de capacidades sobrenaturais para verificação dos dados e fatos que o circulam. Como procedimento metodológico, utilizou-se a revisão bibliográfica, chegando à conclusão de que o flagrante de um delito, antes de ser uma construção dogmática é um dado empírico perceptível pelos sentidos.

PALAVRAS-CHAVE: Flagrante. Elemento descritivo. Forma de cognição.

ABSTRACT

This work analyzes the arrest, or more specifically the process of cognition of the arrest situation as a prerequisite for preparing a legitimate response from the state agent, whether to carry out the arrest or just carry out a personal search. Forensic practice demonstrates that in many cases the flagrant situation is presented in the records in a subjective way where the State agent appears to have superhuman capabilities that are undemonstrable on an evidentiary level, which ends up generating procedural annulments and acquittals. In this vein, this essay intends to demonstrate that the situation of being caught, before being a dogmatic construction, is an empirical data, captured by human senses. The senses, such as vision, hearing and smell, are indispensable instruments for identifying the flagrant situation from an objective perspective, considering that human beings are not endowed with supernatural abilities to verify the data and facts that circulate around them. As a methodological procedure, a bibliographical review was used, reaching the conclusion that the flagrant act of a crime, before being a dogmatic construction, is an empirical data perceptible by the senses.

KEYWORDS: Flagrant. Descriptive element. Form of cognition.

¹ Graduação em Direito pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale). Pós-graduado em direito público pela UNIDERP e em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC). Docente. Advogado militante. CV: <http://lattes.cnpq.br/4758192314273015>

² Docente da Universidade Vale do Rio Doce (Univale) e da Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale). Especialista em Direito Público pela Fadivale/MG. Graduação em Direito pela Fadivale e em Engenharia Mecânica pela Univale. Advogado militante na cidade de Governador Valadares / MG. CV: <http://lattes.cnpq.br/1942153142903976>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO. 2 FLAGRANTE COMO ELEMENTO NORMATIVO. 3 FLAGRANTE COMO ELEMENTO DESCRITIVO. 4 CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.

1 INTRODUÇÃO

Tema simples de ser compreendido no campo teórico, mas espinhoso no campo prático, a questão do flagrante de delito, sua configuração, delimitação no tempo e no espaço, ainda é campo de inúmeros questionamentos e porque não dizer de hostilidades cometidas por policiais e advogados, ou daqueles contra esses, nos registros iniciais de fatos delituosos nas delegacias de polícias Brasil a fora.

O tema ganha ainda mais relevo quando se incrementa no caso garantias fundamentais como a inviolabilidade do domicílio, afeta à reserva da jurisdição, ou até mesmo a busca pessoal.

As agências polícias argumentam com o “tirocínio” policial, ou a sensibilidade do policial para o trabalho de combate ao crime. Por outro lado, saltam aos olhos os abusos e arbitrariedades perpetrados por agentes da segurança pública que, a pretexto de coletar provas, fazem uma verdadeira devassa na seara privada das pessoas, mormente aquelas menos abastadas moradoras de becos e vielas das periferias dos grandes centros.

Os casos concretos se amontoam no judiciário que por sua vez tenta estabelecer critérios minimamente objetivos para legitimar a investida do Estado sobre o particular, entretanto, parecem falar em outra língua pois as agências policiais continuam, dia após dia, a repetir comportamentos divorciados do entendimento jurisprudencial, a exemplo de buscas pessoais, vulgarmente chamada de “baculejo”, as vezes apenas para intimidar um grupo de pessoas, outras vezes para demonstrar superioridade de força, embalados por um móvel de natureza pouco desenvolvida, talvez medieval.

O código de processo penal traz elementos normativos para identificação do flagrante, mas na prática o que se observa é a subjetivação e o solipsismo aplicados ao caso onde policiais simplesmente aparentam ter uma verdadeira bola de cristal para chegarem ao fato delituoso.

Nesse jogo de vale tudo, onde as agências policiais buscam saciar a fome punitivista da sociedade, de um lado, de outro lado o Poder Judiciário a todo tempo

instado a se manifestar em uma enxurrada de habeas corpus sobre nulidades evidentes.

A consequência, em muitas das vezes, é a anulação do flagrante e dos atos dele oriundos e a absolvição do acusado, o que causa ainda mais sensação de impunidade no meio social.

Diante de tais fatos é que passará a demonstrar que a solução desse problema, talvez esteja antes mesmo da ideia de objetivação dos critérios autorizadores da intervenção estatal, esteja então na compreensão do que venha a ser um flagrante numa perspectiva cognitiva, do processo mental de conhecimento do fato.

A resposta para essa pergunta, ao nosso sentir, perpassa pela análise e compreensão do que vem a ser elementos descritivos e elementos normativos, ou melhor da cognição desses elementos. Como se sabe, elemento normativo é aquele em que a cognição se assenta na valoração, num juízo de valor, enquanto elemento descritivo são aqueles cuja cognição se centra nas capacidades sensoriais do ser humano.

2 FLAGRANTE COMO ELEMENTO NORMATIVO

Numa perspectiva puramente normativa flagrante é aquilo descrito no art. 302 do Código de Processo Penal, segundo o qual considera-se em flagrante delito quem (I) está cometendo a infração penal, (II) acaba de cometê-la, (III) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração, e/ou (IV) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

O flagrante é costumeiramente classificado como de natureza cautelar, contudo, a doutrina mais autorizada alerta para o equívoco de indigitada classificação, sendo melhor, dogmaticamente falando, compreendê-la como medida pré-cautelar de natureza precária que pode ser aplicado tanto pelas agências oficiais de controle quanto pelo particular (Lopes Jr., 2015).

No mesmo sentido leciona Tourinho Filho (2004, p. 438):

Temos para nós que a prisão em flagrante se justifica como salutar providência acautelatória da prova da materialidade do fato e da respectiva autoria, pois, como diz Brichetti, “uma de las formas más claras de evidencia probatoria em el proceso penal está dada por la denominada flagrancia del delito ...”(Giovanni Brichetti, La evidencia em derecho processual penal, trad. Santiago Sentís Melendo, Buenos Aires, EJE, 1973, p. 162).

Lima (2013, p. 863), com a propriedade que lhe é peculiar apresenta as funções da prisão em flagrante, como sendo:

Evitar a fuga do infrator;
Auxiliar na colheita de elementos informativos: persecuções penais deflagradas a partir de um auto de prisão em flagrante costuma ter mais êxito na colheita de elementos de informação, auxiliando o dominus liti na comprovação do fato delituoso em juízo;
Impedir a consumação do delito, no caso em que a infração está sendo praticada (CPP art. 302, inciso I);
Preservar a integridade física do preso, diante da comoção que alguns crimes provocam na população, evitando-se, assim, possível linchamento.

Mas a pergunta ainda segue sem resposta, numa perspectiva objetiva, do que vem a ser a situação de flagrante. Falam se tratar daquilo que queima, que é evidente ou notório, aquilo que crepita, que é colorido, que arde e resplandece (Lima, 2023).

Em pesquisa pelo dicionário para auxiliar foi possível encontrar: “Inflamado; ardente; acalorado; manifesto; evidente; flagrante delito: aquele em cuja prática a pessoa é surpreendida; s. m. (pop) ensejo; ocasião; instante em flagrante; na própria ocasião de cometer o ato. (do lat. flagrante) (Fernandes, 1993).

Para tentar extirpar quaisquer dúvidas a literatura processual penal usa a taxonomia para sedimentar o conceito de flagrante, classificando-o em flagrante a) próprio, b) impróprio e c) flagrante presumido.

Entende-se por flagrante próprio as situações em que o sujeito é literalmente “pego com a mão na botija”, na melhor forma do dito popular (art. 302, I CPP), ou quando o sujeito tenha acabado de cometer o delito tendo sido visto ainda no instante final da consumação do fato punível (art. 302, II do CPP).

A hipótese inserta no art. 302, III do CPP, também chamado quase-flagrante ou de flagrante impróprio, traz aquela situação delicada onde o sujeito é, imediatamente, perseguido pela vítima, pela autoridade ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser ele o autor do fato.

Aproveitando novamente do dito popular, nesse caso o sujeito não está (mais) com a “mão na botija”, mas fora visto no minuto imediatamente anterior nessa posição e nesse mesmo instante fora perseguido.

Por fim, o flagrante presumido identificado pela doutrina no enunciado normativo do inciso IV do art. 302 do CPP, seria aquela situação em que a pessoa é

encontrada logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papeis que façam presumir ser ele o autor do fato.

A semelhança entre o flagrante impróprio do inciso III com a do flagrante presumido do inciso IV, leva à conclusão de que tudo poderia estar em apenas um enunciado normativo, pois ser encontrado com armas, papeis, instrumentos (e etc.) é a mesma coisa que ser encontrado em situação que faça presumir o cometimento da infração (Pacelli, 2013).

Quando se fala em crime, nos enunciados normativos apresentados acima, deve-se entender como crime possível, ou seja, uma ação iniciada em que, de antemão, se observa a eficácia absoluta do meio empregado, bem como constatação de objeto lecionável. Essa interpretação é que levou a edição da súmula 145 do Supremo Tribunal Federal, segunda a qual “não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação”.

Portanto, entende a jurisprudência do STF que não crime e, portanto, não falar em flagrante, quando a polícia faz armadilha para provocar a ação delitiva e, então, efetuar a prisão, pois nesses casos, diante da impossibilidade da consumação, estar-se diante de crime impossível.

Pronto. Basta então pegar todos esses dados – evidentemente melhor abordados em extensão e profundidade pelos grandes mestres do assunto - como objeto de cognição de uma pessoa candidata a atuar no policiamento que os problemas relacionados à prisão (em flagrante) estarão resolvidos, e por consequência toda sorte de questionamento sobre prisões, buscas pessoais, buscas domiciliares e apreensões.

Ledo engando, e a realidade é a grande testemunha dessa triste constatação. Basta ver os números de processos distribuídos que aumentam dia a dia. Somente no STJ, segundo informações constantes do sítio oficial, datado de 01/07/2024, e somente no tocante a habeas corpus, houve um acréscimo de 13% no período de janeiro de 2024 a maio de 2024, com relação ao mesmo período do ano anterior.

O causa do aumento é evidente, porque também aumentaram as condutas abusivas dos agentes estatais, provocando o sistema defensivo a buscar a anulação de tais atos. Esclareça-se apenas que o acréscimo supracitado não é específico dos casos de flagrante, mas de abusos de um modo geral.

Mas por que, especificamente quanto ao objeto do presente estudo, ainda causar tanto alvoroço?

Bem, a resposta, penso, passa pela compreensão do flagrante numa perspectiva – senão puramente – também descritiva. Vale dizer: a compreensão da situação flagrancial deve se iniciar antes da abordagem dogmática proposta pelo CPP, levando em consideração o processo cognitivo do ser humano, entendido esse como a forma com o que uma pessoa vê, enxerga o mundo ao seu redor, em última análise, como o ser humano sente os acontecimentos e como ele elabora suas respostas diante desses fatos sentidos.

3 FLAGRANTE COMO ELEMENTO DESCRITIVO

Elemento descritivo, como é de conhecimento comum, é aquele cujo conhecimento ou processo cognitivo se dá pelo uso das capacidades sensoriais comuns dos seres humanos e dos animais de um modo geral.

O paladar, o tato, o olfato, e a visão são, por assim dizer, modos de conectar o ser humano com a realidade que o cerca. Funções da maior importância, pois, sem maior esforço, é possível imaginar o risco que uma pessoa com olfato prejudicado está sujeita ou vir a se lesionar por não sentir o cheiro de um gás venenoso, por exemplo.

De forma bem simples, o organismo humano possui função de captar os dados externos fazendo com que esses dados sejam enviados ao cérebro onde serão processados para, em seguida, proporcionar uma resposta.

Exemplificativamente, a pessoa encosta em algo quente, esse dado (temperatura alta) é enviado ao cérebro, processado e identificado como uma situação de perigo, gerando uma resposta do sujeito que de imediato se afasta do objeto ardente evitando a queimadura.

Esses são os receptores sensoriais.

Os chamados receptores sensoriais permitem a conexão do homem com o mundo através de estímulos no sistema nervoso central. Conceituando os chamados receptores sensoriais, no artigo intitulado Fisiologia Sensorial, o neurocientista Felipe Viegas Rodrigues ensina que:

Os receptores sensoriais existentes nos animais, ponto de contato entre o mundo externo e o sistema nervoso, permitem a captação e a transdução de todo tipo de estímulos ambientais, sejam ondas eletromagnéticas, ondas mecânicas ou moléculas (estímulos químicos) (Rodrigues, 2010).

Nesse viés, é possível identificar que o flagrante, antes de ser uma construção da dogmática penal ou processual penal, ou a conclusão a que se chega a partir de um juízo de valor, é um dado empírico capitado pelos órgãos que compõem o sistema sensorial.

Esses órgãos, por meio dos receptores sensoriais, ao captarem estímulos ou informações ambientais (luz, estampido, grito de socorro, cheiro de fumaça, etc.), os transportam para o sistema nervoso central que se encarregará de processar essas informações, e traduzi-las em sensações que geram respostas: o flagrante ou a necessidade da busca (a fundada suspeita).

Veja que tal conclusão não escapa à argúcia do mestre Aury Lopes Jr., citando Carnelutti:

Como explica CARNELUTTI, a noção de flagrância está diretamente relacionada a “la llama, que denota con certeza la combustión; cuando se ve la llama, es indudable que alguna cosa arde”. Essa chama, que denota com certeza a existência de uma combustão, coincide com a possibilidade para uma pessoa comprová-lo mediante a prova direta. Como sintetiza o mestre italiano: a flagrância não é outra coisa que a visibilidade do delito (Lopes Jr. 2015, p. 606).

Tanto é verídico o raciocínio apresentado, que é possível que um ser humano identifique um fato (criminoso, flagrante), sem saber se tratar de um flagrante, a exemplo dos casos de erro de proibição. Pense na hipótese de um policial enxergar uma pessoa cheirando cocaína no meio da rua, mas crendo cegamente que no RE 635.659, Tema 506, o Supremo Tribunal Federal descriminalizou o uso de toda e qualquer substância entorpecente, e não só da *cannabis sativa*, deixa o cidadão livremente sem efetuar a prisão em flagrante.

Note que nesse caso hipotético, o policial, por meio de seus receptores sensoriais, no caso visão, capta o fato (criminoso e passível de flagrante). Esse dado externo é levado até seu cérebro que processará a informação. Processada a informação, por erro na interpretação da decisão do STF, ele não faz a prisão em flagrante por compreender (erroneamente, repita-se) que não se trata de um delito.

Outro exemplo, já repetido e repetido na doutrina, seria a hipótese do turista holandês que ao chegar no Brasil, desconhecendo a proibição do uso de drogas, vê outra pessoa vendendo entorpecente e ao invés de efetuar a prisão em flagrante ou chamar a polícia, compra uma porção.

Igualmente ao caso hipotético anterior, o turista, por seus órgãos sensoriais, capta a informação ambiental (outro ser vendendo *ecstasy*). Essa informação é conduzida até seu sistema nervoso central e lá processada (isso é *ecstasy*), proporcionando uma resposta (vou comprar). Ele não chama a polícia, não porque não viu que era droga, mas porque ao desconhecer a proibição e por conseguinte as regras da prisão nessas situações, acredita estar tudo dentro da normalidade.

Nesse viés, flagrante só pode ser aquilo que pode ser captado pelos órgãos sensoriais dos seres humanos, nada mais. Flagrante é, portanto, aquilo que o policial ou qualquer do povo viu, ouviu, cheirou ou sentiu, e todo o resto é tirocínio, é abuso, é arbitrariedade, é bola de cristal.

Badaró (2015), utilizando as palavras de Fernando Luiz Ximenes Rocha *apud* Júlio Fabrini Mirabete, ensina: “[...] em sentido jurídico, flagrante é uma qualidade do delito, é o delito que está sendo cometido, praticado, é o ilícito patente, irrecusável, insofismável, que permite a prisão do autor, sem mandado, por ser considerado a ‘certeza visual do crime’.”

Penso que tudo isso ficou subentendido nas últimas decisões do E. Superior Tribunal de Justiça sobre as situações autorizantes da busca pessoal, onde ficou estabelecido que toda busca deve ser feita com finalidade probatória e, portanto, é necessário conhecimento por parte do agente de elementos anteriores a fazer crer que o sujeito está levando consigo coisa ilegal.

O problema é que se criou uma falsa ideia de que agentes policiais possuem fé pública, dotados de uma sensibilidade digna de produções hollywoodianas, capazes de ver além dos muros e paredes das casas, veículos, vestimentas e etc., capazes de identificar uma bucha de maconha dentro de uma gaveta de um móvel do quarto a quilômetros de distância.

Essa crença cega nos agentes estatais não é nova, como denuncia Silva (2022, p. 21-22):

A disciplina da parte policial e criminal da Lei 261 de 1841 (reforma do Código de Processo de 1832) foi feita pelo Regulamento 120, de 31 de janeiro de

1842, por meio do qual foram divididas as funções policiais, atribuindo a concessão dos mandados de busca aos Chefes de Polícia, Delegados, Subdelegados e Juízes Municipais. Cleunice Pitombo destaca que, enquanto para a expedição de ofício somente eram necessários veementes indícios ou fundada probabilidade (art. 120), quando a busca fosse a requerimento da parte interessada, exigia-se, em acréscimo, diversos requisitos a serem cumpridos (art. 121) – englobando desde documentos a depoimento de testemunhas.

Dito isso, nada, absolutamente nada que não possa ser capitado pelos receptores sensoriais dos seres humanos é passível de orientar qualquer resposta seja no sentido de proceder com uma busca pessoal, domiciliar ou efetuar a prisão de quem quer que seja.

Agente público pertencente aos órgãos de segurança pública não são dotados de capacidades sobrenaturais e suas atitudes não gozam de fé pública. Enquanto agentes do estado que são, os atos administrativos que venha a exarar são portadores de atributos típicos do regime jurídico administrativo, tais com a presunção (relativa) de legitimidade, imperatividade e executoriedade (Mello, 2004), mas nem de longe são portadores de fé pública cujo conceito é afeto à teoria do bem jurídico a orientar a criação de norma penal incriminadora pelo legislador.

A consequência desse desserviço muitas vezes prestados pelas agências policiais são, como já dito anteriormente, reconhecimento de nulidades e até absolvições.

É firme o entendimento de que a função do advogado, em qualquer processo que seja, inclusive o processo penal, não é criar subterfúgio ou fazer uso de técnicas ardis para conseguir a absolvição do seu constituinte. Longe disso.

A função da advocacia, múnus da maior envergadura, é garantir que seu cliente seja processo dentro das regras do jogo e ao final, demonstrada a materialidade e sua autoria, a consequente responsabilização por meio de um decreto condenatório proporcional, bem como a uma execução humanizada de sua pena.

Repita-se, nunca foi função do advogado garantir a impunidade. Logo, absolvições de verdadeiros culpados, oriundas de anulações processuais causadas por desrespeito às garantias processuais, devem recair sobre os ombros dos agentes estatais.

Em bom vernáculo, a culpa pela impunidade é da polícia que não observa a estrita legalidade e as garantias processuais existente no ordenamento jurídico,

normalmente para prestigiar uma “rápida resposta” estatal e transmitir uma (falsa) sensação de segurança à sociedade.

A par da exigência do povo e polícia entra em casas sem mandado, faz buscas pessoais sem fundadas suspeitas e, quando entram algum objeto ilícito, efetuam a “prisão em flagrante”. No tramitar processual, as nulidades são reconhecidas, o acusado - às vezes - absolvido, o que alimenta o sentimento coletivo de constante crise e a fome por “justiça” do povo, que passa a exigir ainda mais produtividade da polícia, num movimento cíclico difícil de ser quebrado.

Esse sentimento de crise constante, de um medo instalado na sociedade, a justificar toda sorte de arbitrariedade por meio das instancias oficiais de controle, não passou despercebido na obra de Ricardo Jacobsen:

Pelo *catastrofismo*, ou seja, por uma concepção que atribui uma crise permanente que assolaria a sociedade brasileira. Especialmente a desagregação e desorganização sociais seriam produzidas pelo liberalismo das classes políticas. Por catastrofismo seria possível compreender a colocação do Brasil em uma espécie de crise iminente (e permanente). A urgência de respostas e soluções não permitiria grandes reflexões. Entramos, portanto, no campo das medidas. Relativamente às medidas, elas integram, ou melhor, guardam uma nítida relação com a noção de segurança, como bem demonstrará FOUCAULT. Vez por outra se invoca tanto a segurança quanto o seu reflexo imediato, a emergência ou a catástrofe iminente. Podemos dizer que a emergência se constitui como uma estrutura que sempre está presente nos discursos penais, seja como legitimador externo de políticas criminais, seja como encaaminhador de demandas que almejam reconhecer a ineficiência do sistema de justiça criminal (Gloeckner, 2018, p. 102).

Contudo, no processo penal de viés democrático, forma é garantia e não pode ser alijada em nome de uma maior agilidade da resposta estatal ou uma panaceia para o catastrofismo. Garantia de que o sujeito será julgado com conhecimento prévio das regras do jogo, e a consequência de se permitir um jogo fora das quatro linhas só pode ser a anulação do próprio jogo.

O instituto das nulidades processuais se mostra como resposta sancionatória para os casos de infringência das normas do processo. Nesse sentido Rosmar Rodrigues Alencar esclarece:

Hélio Tornaghi assimila a noção de nulidade àquela do ato nulo de pleno direito. Segundo essa concepção, “ato nulo é aquele que não produz efeitos até que seja convalidado. Se não for convalidável, se o mal for incurável, não produzirá efeitos nunca”. Distinguindo inexistência de anulabilidade, o autor entende que “a eficácia do ato nulo é sujeita a condição suspensiva. Essa é

por vezes possível (nulidade relativa) e de outras impossível (nulidade absoluta)” (Alencar, 2022, p. 21).

Sem entrar no campo da divergência sobre nulidades relativas e nulidades absolutas, fato é que, prender alguém fora das hipóteses previstas em lei configura grave ofensa à lei processual, as garantias processuais, conforme amplamente aceito pela jurisprudência (STF: AG.REG no recurso ordinário em HC: RHC 225459/SP, 2024).

4 CONCLUSÃO

Ante o exposto, conclui-se que a resposta do agente do estado dirigida, direcionada às pessoas com o objetivo de prendê-las em flagrante ou efetuar busca pessoal, somente será legítima se essa resposta for produto direto da captação de dados e informações ambientais pelos órgãos sensoriais, olfato, visão, audição e/ou tato, devidamente processados pelo seu sistema nervoso central.

Aceitar mais que isso, é permitir que o agente do estado labore no campo do subjetivismo, do achismo, do arbítrio e do autoritarismo. O tirocínio policial não passa de um solipsismo vergonhoso posto a serviço daquele que quer e se acha no direito de subjugar seu semelhante e externar perante a sociedade uma pseudo superioridade típica da cultura medieval.

A consequência única para os casos de prisões em flagrante delito sem demonstração empírica do processo de cognição do agente do estado será sempre a anulação da prisão e dos atos oriundos da prisão, como a prova coletada, e, nessa toada, à absolvição do acusado.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Teoria da nulidade no processo penal**. 2. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Noeses, 2022.

BADARÓ, Gustavo Henrique. **Direito penal e processo penal**: processo penal II. Organizador Gustavo Henrique Badaró. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 27 ago. 2024.

BRASIL. STJ registra crescimento de 5% no número de processos recebidos. **Notícias Superior Tribunal de Justiça**, jul. 2024. Brasília, DF: Secretaria de Comunicação Social, 2024. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/01072024-STJ-registra-crescimento-de-5--no-numero-de-processos-recebidos.aspx>. Acesso em: 27 ago. 2024.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário brasileiro Globo**. 29. ed. São Paulo: Globo, 1993.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **Autoritarismo penal brasileiro**. Florianópolis: Trant Lo Blanch, 2018. v. 1.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Curso de processo penal**. Niteroi, RJ: Impetus, 2013.

LOPES JR, Aury. **Direito processual penal**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 17.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013.

RODRIGUES, Felipe Viegas. **Fisiologia sensorial**. Departamento de Fisiologia, Instituto de Biociências, USP – São Paulo, SP: Revista da Biologia, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Dr.%20Fabr%C3%ADcio/Downloads/108619-Texto%20do%20artigo-194001-1-10-20151217.pdf> . Acesso em: 26 ago. 2024.

ROSA, Alexandre Moraes da. **Não vale tudo no processo penal**: escritos marginais de dois outsiders. Alexandre Moraes da Rosa e Rômulo de Andrade Moreira. Florianópolis: Emals, 2020.

SILVA, Viviane Ghizoni da. **Fishing expedition e encontro fortuito na busca e na apreensão**: um dilema oculto no processo penal. Viviane Ghizoni da Silva, Philipe Benoni Melo e Silva, Alexandre Moraes da Rosa. 2. ed. Florianópolis: Emals, 2022.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. 26. ed. rev. atual e aum. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 3.